REVISTA DE DIREITO & DESENVOLVIMENTO

DA UNICATÓLICA

EDITORIAL

ENTRE A REALIDADE E A TEORIA

Dr. Raymundo Juliano Rego Feitosa

Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

*É o juízo final
A história do bom e do mal
Quero ter olhos para ver
A maldade desaparecer
(Nelson Cavaquinho)*

Ao final do século XX, Boaventura de Sousa Santos elencava cinco desafios à imaginação sociológica (1996:17-22), fixando que estes, quaisquer que sejam, têm origem em perplexidades produtivas, e propôs exercitar a perplexidade sem sofrer. A primeira destas está referida ao ocorrido nos anos oitenta/noventa, identificando como um período para esquecer. Uma vez que nos países centrais, veio à luz do sol a crise do Estado-providência, nos espaços periféricos tivemos o agravamento das condições sociais. Assim é como ele define o claro-escuro da década citada.

Mas, o que nos interessa mais de perto é tratar no âmbito do conhecimento as questões que envolvem de um lado a teoria e de outro a própria realidade.

Observa, Boaventura de Sousa Santos que, em razão da veracidade e também profundidade das transformações, parece até que "A realidade parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria." A partir das perplexidades já fixadas temos os desafios, que certamente criam, portanto, ser objeto de nossas indagações.

As perplexidades acima enumeradas nos conduzem segundo, ainda, o mesmo Boaventura de Sousa Santos a cinco desafios que irão nos ocupar nos próximos anos, senão vejamos:

- 1) Os problemas mais absorventes são fundamentalmente problemas de natureza econômica (inflação, desemprego, taxas de juros, déficit orçamentário, dívida interna e externa, etc.) e em aparente contradição as análises dos cientistas sociais tendem a desvalorizar o econômico, em detrimento do político, do cultural e do simbólico;
- 2) Assistimos à intensificação das práticas transacionais, da internacionalização da economia bem como da perda de autonomia e da capacidade de regulação social dos Estados Nacionais, daí caber a pergunta: "será o Estado Nacional uma unidade de análise em vias de extinção, ou pelo contrário ele é mais central do que nunca?";
- 3) Os últimos dez anos marcaram o regresso ao indivíduo, ou será só aparente situação? Será que a distinção entre indivíduo-sociedade é outro legado oitocentista de que nós devemos libertar?;
- 4) Iniciamos este século com clivagens sócio-políticas muito profundas entre socialismo e capitalismo (Reforma e Revolução), chegamos ao final do século com um surpreendente desaparecimento ou atenuação dessas clivagens;
- 5) A intensificação interdependência transnacional e das interações globais fez com que as relações sociais pareçam cada vez mais desterritorializadas, superando as fronteiras até então vigiadas pelos costumes, nacionalismo, língua, etc.

A conclusão que chegou Boaventura de Sousa Santos, é no sentido de identificar os desafios que valem a pena responder, uma vez que: "... todas as perplexidades e desafios resumem-

se num só ponto: em condições de aceleração da história como as que hoje vivemos é possível pôr a realidade no seu lugar sem correr o risco de criar conceitos e teorias fora do lugar?

Podemos afirmar que as questões levantadas pelo autor em comento foram objeto de análise, por Zygmunt Bauman, em especial a partir do que este identificou de “modernidade líquida”. E esta seria “um mundo repleto de sinais confusos, propenso a mudar com rapidez e de forma imprevisível” ou como ele mesmo chegou a afirmar de forma mais radical ainda, “nada foi feito para durar”, portanto, em perfeita sintonia com François Lyotard (1924-1998), que enfaticamente dizia que todas as grandes narrativas entram em crise.

Segundo Zygmunt Bauman, saímos de um mundo cheio de certezas e caímos numa situação com mudanças e transformações em todos os aspectos da vida humana. Daí que a mudança é a única coisa permanente.

De maneira bem radical, afirma Bauman que o Estado perde força e a iniciativa privada se agiganta. O mais grave é que as pessoas já não acreditam no sistema democrático.

Para concluir, recorro a Paula Henning que enfrentando o problema da ciência, a partir do paradigma moderno e debatendo com Zygmunt Bauman, assinala que:

“E é com este tom que encerro esta escrita: que ela sirva – a mim ela serviu! – como rachaduras para se pensarem os espaços da ciência em que nos situamos (escolas, universidades, laboratórios científicos), que ela sirva como flechas que se cruzam ininterruptamente na nossa identidade de cientistas; que sirva, enfim, para fazermos dançar a ciência, para fazermos bailar nossos espaços profissionais como cientistas da educação, e, para isso, que criemos nossos próprios passos de dança ao longo do caminho, ensaiando e perguntando, pois, como sugere Nietzsche (2002), o caminho não existe.”

Os juristas diferentemente do que pensa uma considerável maioria, está inserido, nas condições fixadas no que foi aqui assinalado e sua atuação estará sempre subordinada ao que Miguel de Unamuno afirmou.

“As variações da ciência dependem das variações das necessidades humanas, e os homens de ciência costumam trabalhar, que queiram, quer não, consciente ou inconscientemente, a serviço dos poderosos ou do povo, que lhes pedem confirmação de suas aspirações.” O conhecimento está a serviço da necessidade de viver... E essa necessidade criou no homem os órgãos do conhecimento... O homem vê, ouve, apalpa, saboreia e cheira aquilo que precisa ver, ouvir, apalpar, saborear ou cheirar... Os parasitas que, nas entranhas dos outros animais, vivem dos sucos nutritivos por estes preparados, como não precisam ouvir ou ver, não ouvem nem veem... Para esses parasitas não deve existir nem o mundo visual nem o mundo sonoro.”

Á guisa de conclusão para essa modesta reflexão apresentada a comunidade acadêmica, resta evidenciado que a problemática nuclear acerca da acepção do Direito como ciência encontra-se não em suas características positivas, possuidoras de conhecimentos complexos, sistematizados e ordenados, mas em suas notórias limitações (inexistência de princípios com validade universal) e as injustas consequências que tais limitações, presentes em suas mais distintas teorias, acarretaram (e continuam a acarretar) às mais diversas sociedades no curso da história humana.

SOBRE O AUTOR

Raymundo Juliano Rego Feitosa

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Caruaru (FADICA); Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFP); Doutorado em Direito pela Universidad Autonoma de Madrid (UAM); Pós-Doutorado na Universidad Castilla La Mancha (UCLM). É Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), onde leciona na graduação e na pós-graduação. Também é professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário e Financeiro, atuando principalmente nos seguintes temas: federalismo, reforma tributária, sistemas tributários, tributação indutora e intervenção econômica.